



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE
REITORIA
PRO REITORIA DE ADMINISTRACAO - REITORIA
DIRETORIA DE LICITACOES E CONTRATOS - DLC - PROAD
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES - DEL

RESPOSTA AO RECURSO

JULGAMENTO DO RECURSO ADMINISTRATIVO

Processo n. 23060.001962/2024-52

TERMO: DECISÓRIO

FEITO: RECURSO ADMINISTRATIVO

REFERÊNCIA: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90012/2025

I. DAS PRELIMINARES

Recurso administrativo interposto pela empresa OSC COMERCIO E SERVIÇOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, registrada no CNPJ/MF sob o nº 31.655.973/0001-92, contra decisão do pregoeiro que a desclassificou pelo não envio da Declaração de Contratos firmados com a Administração Pública, no Pregão Eletrônico nº 90012/2025, cujo objeto é a aquisição de materiais personalizados para o Instituto Federal de Sergipe - Reitoria e seus Campi.

II. DAS FORMALIDADES LEGAIS À ADMISSIBILIDADE DO RECURSO

Foram examinados os pressupostos de admissibilidade do recurso, especialmente a legitimidade e o interesse para recorrer, a tempestividade, a regularidade formal e material.

Verificou-se que as petições cumpriam com os requisitos.

Assim os recursos foram conhecidos, adotando-se o efeito suspensivo e devolutivo.

III. DAS ALEGAÇÕES DA RECORRENTE

A empresa OSC COMERCIO E SERVIÇOS LTDA questiona a sua desclassificação do certame pelo não envio da Declaração de Contratos firmados com a Administração Pública, conforme exigências previstas

em Edital.

Para tanto, a recorrente alega que o que houve foi uma troca de documentos:

“Não houve falta de envio, pois foi enviado em seu lugar outra declaração o TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA, constante no Termo de Referência que acabou nos induzindo a troca de declarações.”

Em sua argumentação, a empresa cita que o pregoeiro permitiu retificações a documentos já enviados anteriormente no sistema:

“Durante a realização da Fase de Julgamento foi permitido em diversas ocasiões que se retificassem e alterassem os envios solicitados...”

Desse modo, a recorrente solicita reconsideração da desclassificação, ao tempo em que envia a Declaração de Contratos firmados com a Administração Pública:

“Mediante aos fatos apresentados, solicitamos a desconsideração do pedido de desclassificação realizado pelo Instituto Federal de Sergipe e aproveitamos para enviar declaração correta.”

O teor completo do recurso ao PE 90012/2025 encontra-se disponível no site <https://www.ifs.edu.br/diretoria-licitacoes-e-contratos-proad/licitacoesproad/pregoes.html?id=11856>

IV. DAS CONTRARRAZÕES

Para este recurso não houve contrarrazões.

V. DA ANÁLISE

Os julgados da Administração Pública estão embasados nos princípios gravados no art. 5º da Lei 14.133/21, conforme segue:

Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

Saliento ainda que essa análise é compartilhada pelo pregoeiro, equipe de apoio e unidade técnica demandante e tem pleno amparo na legislação que dispõe sobre licitação na modalidade Pregão Eletrônico.

Adentrando no mérito, em que pese as alegações da RECORRENTE, afirmo que este pregoeiro conduziu a licitação em observância a todos os preceitos e normas legais que regem sobre o assunto, pautado pela vinculação às regras previamente estabelecidas no edital de licitação, principalmente, em

se tratando à observação dos princípios básicos da Administração estabelecidos na Lei 14.133/21. As condutas foram praticadas de maneira imparcial, ética e dentro da legalidade, visando atender exclusivamente o interesse público, não havendo favorecimento ou suspeição nos atos praticados.

A respeito da previsão da aplicação da vinculação ao edital, o qual norteia todo o procedimento licitatório, o STJ reafirma o caráter normativo do edital no âmbito das licitações públicas, garantindo que ele seja respeitado como a "lei interna" do certame. Essa interpretação visa assegurar a transparência, a isonomia e a segurança jurídica nas relações entre a Administração Pública e os licitantes, fortalecendo os pilares do direito administrativo brasileiro:

“O edital é a lei da licitação, vinculando a Administração Pública e os licitantes às regras nele estabelecidas.” (STJ, AgRg no REsp 1.617.215/SP 2016).

Assim, cumprirá ao edital nortear, dentre outras diretrizes, aquelas imprescindíveis à aferição da habilitação dos licitantes, de forma que, uma vez preenchidos, presumir-se-á a aptidão do licitante para executar o serviço licitado. Somente desta forma será garantido um julgamento objetivo e isonômico, sem deixar margens a avaliações subjetivas.

Conforme o edital do Pregão 90012/2025, no tópico 8.5 temos que “Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro **verificará** se o licitante faz jus ao benefício aplicado”. Fica explicitado que o pregoeiro averiguará se o licitante tem direito às vantagens previstas na Lei Complementar nº 123/2006.

Diante dessa exigência, consta no edital:

8.5.2 A verificação a que se refere o caput, será realizada mediante envio da Declaração de Contratos Firmados com a Administração pública no ano-calendário, conforme modelo no Anexo III deste Edital.

Assim, resta claro que para atender o disposto na Lei nº 14.133/2021, o pregoeiro solicitará uma declaração na qual os licitantes informam se possuem contratos firmados no ano-calendário, citando os valores de cada termo contratual, se houver. É imprescindível que os licitantes conheçam previamente as exigências editalícias, podendo inclusive solicitar esclarecimentos antes da abertura da sessão pública nos prazos previstos em lei.

Não obstante a solicitação esteja explícita no edital, o pregoeiro citou no *chat* quando do início da fase de convocação de propostas, no dia 19/03/2025 a partir das 14:01:55h:

Prezados, boa tarde! Estamos reiniciando a sessão do PE 90012/2025. Em instantes iniciaremos a convocação das propostas ajustadas ao valor final.

Solicitaremos as propostas vencedoras para todos os itens.

Solicitamos que analisem a possibilidade de negociação para menor preço, e caso concordem, que os novos preços venham na proposta.

Conforme item 8.5.2 do Edital, o fornecedor deve enviar juntamente com a proposta a Declaração de Contratos Firmados, conforme modelo no Anexo III do Edital.

(...)

Também para reforçar, o pregoeiro citou novamente o envio da Declaração de Contratos Firmados no momento de convocação de cada empresa classificada, conforme abaixo:

Sr. Fornecedor OSC COMERCIO E SERVICOS LTDA, CNPJ 31.655.973/0001-92, você foi convocado para enviar anexos para o item 36. Prazo para encerrar o envio: 11:06:00 do dia 20/03/2025. Justificativa: Senhor licitante, solicito a proposta para o item 36. Enviar juntamente com a proposta a Declaração de Contratos Firmados e catálogo, folder e/ou manual dos itens vencedores..
Enviada em 20/03/2025 às 09:05:55h

Ora, diante do exposto, foi enfatizado a todos os licitantes a obrigação de envio da referida declaração, tanto que diversas empresas a enviaram no tempo oportuno.

O licitante informa que enviou outro documento no lugar, mas não houve contato com a administração ou pregoeiro, nem por chat nem por e-mail, para informar tal equívoco. Logo, a falta de envio do documento ensejou sua desclassificação.

Não se deve confundir também a redação do tópico 16.8 que afirma que “O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante”, pois a Declaração solicitada trata-se de documento necessário, condição para validar a obtenção de benefícios para as ME/EPPs conforme disposto no § 2º do Art 4º da Lei nº 14.133/2021, o qual destaco:

Art. 4º Aplicam-se às licitações e contratos disciplinados por esta Lei as disposições constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

(...)

§ 2º A obtenção de benefícios a que se refere o caput deste artigo fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, **devendo o órgão ou entidade exigir do licitante declaração de observância desse limite na licitação.**

Por fim, ao citar que o pregoeiro permitiu “em diversas ocasiões que se retificassem e alterassem os envios solicitados”, citando como exemplo o saneamento da proposta, o próprio licitante já responde ao seu questionamento. Trata-se de documento de proposta **enviado previamente**, o qual constatou-se ausência de assinatura ou somatório errado. Pelo princípio da razoabilidade, não havia motivo para não solicitar a correção da proposta enviada, tendo em vista que isto não causaria nenhum prejuízo a qualquer das partes. Não oportunizar a retificação de documento já enviado feriria o princípio do formalismo moderado, o que impediria o cumprimento da finalidade precípua da licitação,

que é suprir as demandas dos materiais no preço mais vantajoso possível, atendendo-se, desta forma, o princípio do interesse público. Vejamos o que diz o TCU a este respeito:

Licitação. Julgamento. Erros materiais. É possível o aproveitamento de propostas com erros materiais sanáveis, que não prejudicam o teor das ofertas, uma vez que isso não se mostra danoso ao interesse público ou aos princípios da isonomia e da razoabilidade. (Acórdão 187/2014 Plenário - Representação, Relator Ministro Valmir Campelo)

Não restando configurada a lesão à obtenção da melhor proposta, não se configura a nulidade do ato. Erro no preenchimento da planilha de formação de preço do licitante não constitui motivo suficiente para a desclassificação da proposta, quando a planilha puder ser ajustada sem a necessidade de majoração do preço ofertado. (Acórdão 1811/2014-Plenário)

No curso de procedimentos licitatórios, a Administração Pública deve pautar-se pelo princípio do formalismo moderado, que prescreve a adoção de formas simples e suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos administrados, promovendo, assim, a prevalência do conteúdo sobre o formalismo extremo, respeitadas, ainda, as praxes essenciais à proteção das prerrogativas dos administrados. (TCU no acórdão 357/2015-Plenário)

As solicitações de correção do pregoeiro em nada se confundem com o entendimento equivocado da licitante, que questiona não ter sido oportunizado a ela o envio de um documento que não fora enviado antes, quando solicitado pelo agente de contratação e cuja obrigatoriedade está expressa no edital. Foi a ausência do documento que resultou na sua desclassificação, tendo em vista que o pregoeiro não poderia inferir que o licitante se confundiu no envio da documentação correta.

VI. DA DECISÃO

Considerando o exposto, a legislação aplicável, tendo conhecido o recurso, o Pregoeiro decide: **negar provimento ao recurso interposto pela empresa OSC COMERCIO E SERVIÇOS LTDA.**

Diante do efeito devolutivo, encaminham-se os autos, com as informações pertinentes à autoridade superior, para que sofra o duplo grau de julgamento, com o seu “De Acordo”, ou querendo, formular opinião própria.

Após a decisão da Autoridade Superior, publique-se.

Elder de Vasconcelos Santos

Pregoeiro



Documento assinado eletronicamente por **ELDER DE VASCONCELOS SANTOS, AUXILIAR EM ADMINISTRACAO**, em 16/04/2025, às 14:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, do art. 4º e art. 12º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ifs.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0679005** e o código CRC **CA9D2807**.